

Bancos dos EUA adotam represálias

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

Para os bancos credores norte-americanos, os 90 dias da moratória brasileira não representaram nada: muito antes disso, seguindo disposições da legislação de seu país, inscreveram em seus balanços como "non accrual" — não produtivos ou em prejuízos — cerca de US\$ 70 milhões devidos pelo Brasil.

A partir de hoje também o Banco do Brasil, através de suas agências nos Estados Unidos, e na qualidade de credor do governo brasileiro, será obrigado a classificar como **Non Performing** os juros que deixou de receber nos últimos 90 dias. Todos os bancos estrangeiros sediados nos Estados Unidos são obrigados a seguir as disposições da lei bancária americana.

A tranquilidade demonstrada pelas autoridades econômicas, decorridos 90 dias desde a decretação da moratória é aparente, segundo a avaliação, de um técnico envolvido nas negociações. De fato — lembra ele —, graças à decisão adotada desde o início pelo governo — de congelar em contas à disposição do Banco Central no Exterior as linhas de crédito de curto prazo não pelos bancos americanos — a arma dos credores não chegou a ser disparada.

REPRESÁLIAS

Em compensação, os bancos norte-americanos têm conseguido reduzir esses recursos, utilizando-se de todas as restrições possíveis, a começar pelo aumento do custo desses recursos, que tem sido pago pelos bancos brasileiros sem reclamações. Além disso, os bancos norte-americanos suspenderam completamente a concessão de novas linhas de crédito a não ser aquelas contratualmente estabelecidas, mesmo depois de esgotado o prazo contratual, em 31 de março passado, o que reduziu as disponibilidades dos créditos comerciais e interbancários que anteriormente estavam sendo utilizados acima do limite contratado.

Finalmente, os bancos reduziram seus depósitos voluntários mantidos em bancos brasileiros no Exterior, embora tenham poupado desse constrangimento o Banco do Brasil, que tem o maior volume de depósitos no Exterior. Todas essas limitações levaram o Banco Central a abrir uma linha de crédito de US\$ 300 milhões para suprir a deficiência das linhas de financiamento às exportações. Mas, na visão dos técnicos que trabalham na Área Externa, a partir da saída do ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro, acabou o tiroteio verbal entre o Brasil e os seus credores.